

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo e de apoio aos jovens do concelho de Olhão, entre o Município de Olhão e a Body Dance - Associação de Dança, para apoiar clube nas despesas fixas durante a pandemia por COVID-19.



Entre o **Município de Olhão**, com sede no Largo Sebastião Martins Mestre, pessoa coletiva de direito público número 506 321 894, representado pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Miguel Ventura Pina, doravante designado por **Município ou primeiro outorgante**;

E

A Body Dance — Associação de Dança, com sede na Rua Capitão Nobre 2B R/C 8700-376 Olhão com o NIF 513 213 309, representado pela sua Exm^a. Sr^a. Presidente, Marisa Cruz, doravante designado por **BD ou segundo outorgante**.

Considerando:

- A. O disposto nos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto;
- B. O regime constante no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, que define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo;
- C. O disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea u) do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais;
- D. O disposto no Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Olhão (RAADMO), que estabelece as regras e as condições de atribuição de apoios às associações, clubes e coletividades desportivas locais.
- E. Que as atividades físicas e desportivas são das áreas mais afetadas pela pandemia provocada pela doença Covid-19, principalmente, ao nível do desporto amador e dos escalões formação;
- F. Que no atual contexto, é intenção do Município de Olhão, minorar, com urgência, as adversidades e necessidades com que os clubes e associações desportivas, do concelho, se debatem, face aos condicionalismos existentes, que se materializam na suspensão das atividades, por si, prestadas, com consequente diminuição das receitas, o que, acarreta dificuldades, imediatas, de tesouraria, pela falta de liquidez, que não permite a assunção dos compromissos quotidianos, designadamente, os relacionados com despesas de funcionamento e encargos de pessoal;
- G. Ser fundamental que os clubes e as associações desportivas se mantenham vivos e dinâmicos, de forma a que a oferta desportiva seja efetiva no período do pós-pandemia.

É celebrado o presente **Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo**, que se propõe participar, financeiramente, programa de desenvolvimento desportivo, com o objetivo de implementar planos de ação regulares e específicos, destinados a fomentar, a promover e divulgar a atividade física e o desporto, nos termos do n.º 2 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 273/2009, na sua redação atual, que se rege pelas seguintes cláusulas:



Cláusula 1.ª

(Objeto)

O presente contrato-programa destina-se a regular a atribuição de uma comparticipação financeira, tendo por objeto o fomento, a dinamização e o incentivo à prática desportiva no Concelho de Olhão, com a manutenção de toda a operacionalidade em caso de suspensão da atividade por força da aplicação de medidas preventivas da disseminação da doença COVID-19, enquadrando, fundamentalmente, os jovens que frequentam a BD.

Cláusula 2.ª

(Vigência)

De acordo com o expresso no n.º1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março o presente contrato-programa entra em vigor na data da sua publicitação na página eletrónica do Município de Olhão, e é válido até ao final do corrente ano económico.

Cláusula 3.ª

(Comparticipação financeira)

A comparticipação financeira a prestar pelo Município, à BD, nos termos da cláusula 1.ª é de até € 1 890,97 (mil oitocentos e noventa euros e noventa e sete cêntimos).

Cláusula 4.ª

(Pagamentos e prazos)

1. A verba indicada na cláusula anterior será liquidada numa única tranche, após a publicação do contrato e contra a entrega de recibo no valor de € 1 890,97 (mil oitocentos e noventa euros e noventa e sete cêntimos).
2. A verba indicada na cláusula anterior só será efetivada após a entrega pelo 2.º outorgante do relatório de atividades, que terá de ser elaborado de acordo com o n.º 5 do Artigo 19.º do Decreto-lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na sua redação atual.

Cláusula 5.ª

(Direitos e Deveres do 1.º Outorgante)

Compete ao 1º outorgante:

1. Verificar o exato desenvolvimento do programa desportivo que justificou a celebração do presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com observância do disposto no artigo 19.º do Decreto-lei n.º 273/209 de 01 de outubro, na sua redação atual.

Cláusula 6.ª

(Direitos e Deveres do 2.º Outorgante)

Compete ao 2º outorgante:

1. Dar cumprimento ao programa de desenvolvimento desportivo objeto de comparticipação, nos termos constantes da candidatura apresentada ao Município, visando atingir os objetivos expressos.
2. Desenvolver uma ação de fomento desportivo amador na prossecução do objeto definido na cláusula 1.ª.
3. Disponibilizar o material necessário para o desenvolvimento das atividades a que dizem respeito os números anteriores.
4. Efetuar os seguros desportivos dos atletas e demais praticantes, treinadores e dirigentes, em conformidade com a legislação em vigor.
5. Publicitar o Município de Olhão no seu espaço de treino.
6. Facultar ao Município autorização para consulta, via *online*, da regularidade da sua situação tributária e de ausência de dívida à Segurança Social.
7. Prestar todas as informações, bem como apresentar comprovativos da efetiva execução do contrato-programa.
8. Entregar, em tempo útil, ao 1.º outorgante, o relatório que terá de elaborar e previsto no número 3 da cláusula 4.ª.
9. Certificar as suas contas por revisor oficial de contas, ou por sociedade revisora de contas, sempre que os apoios concedidos no ano económico pela entidade concedente sejam iguais ou superiores a € 50 000 (cinquenta mil euros).
10. Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes, atletas e encarregados de educação, a celebração do presente contrato-programa.

Cláusula 7.ª

(Ética Desportiva)

1. Para além dos deveres enunciados na cláusula anterior, a assinatura do presente contrato-programa vincula o 2.º outorgante a:
 - a) Promover a ampla divulgação do Código de Ética no Desporto através de ações de formação e de disseminação dos seus princípios, dirigidas a todos os agentes que, de alguma forma, se relacionem com o desporto, com especial incidência nos mais jovens;
 - b) Pautar a conduta de todos os seus elementos pelos valores da ética desportiva.
2. O 2.º outorgante obriga-se ainda a evidenciar no relatório de atividades a apresentar ao 1.º outorgante as ações/atividades promovidas visando a prossecução do disposto no número anterior.

Cláusula 8.ª

(Revisão do Contrato Programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente contrato carece de prévio acordo do 1.º outorgante, a prestar por escrito.

Cláusula 9.ª

(Acompanhamento e Controlo da Execução do Contrato)

O acompanhamento e controlo deste contrato regem-se pelo disposto no art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na sua redação atual.

Cláusula 10.ª

(Reposição de quantias)

Caso as participações financeiras concedidas pelo 1.º outorgante constantes no presente contrato-programa celebrado com o 2.º outorgante não tenham sido totalmente aplicadas na execução dos competentes programas de atividades, o 2.º outorgante obriga-se a restituir ao 1.º outorgante, os montantes não aplicados e já recebidos, podendo esses montantes ser deduzidos por retenção, pelo 1.º outorgante.

Cláusula 11.ª

(Revisão e Cessação do Contrato)

À revisão e cessação do presente contrato aplica-se o disposto nos art.ºs 21.º a 26.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na sua redação atual.

Cláusula 12.ª

(Incumprimento do Contrato)

A falta de cumprimento do disposto no presente contrato, ou o desvio dos seus objetivos por parte do 2.º outorgante, implica a devolução da verba referida na cláusula 3.ª, acrescida de juros à taxa legal em vigor, e o impedimento de celebração de contrato-programa no ano subsequente.

Cláusula 13.ª

(Publicitação)

É obrigatória a publicitação, nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, na sua redação atual, no sítio da Internet do Município de Olhão, e no sítio da Internet da Inspeção-Geral das Finanças (IGF) nos termos do disposto n.º1, do art.º 4.º da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto.

Cláusula 14.ª

(Disposições finais)

1. Os litígios emergentes do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da Lei.
2. Da decisão cabe recurso nos termos da Lei.

Feito e assinado em dois exemplares, ficando um exemplar para cada uma das partes, em Olhão a 24 de setembro de 2021.

O 1.º Outorgante

O 2.º Outorgante

Marisa Cruz